CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas relações humanas todos nós, professores e alunos temos o dever de compreender a nós mesmos e a outrem, não pelas singularidades, mas, pelo simples recurso da sobrevivência e superação da espécie humana.

O que diariamente nos incita a compreender uma diversidade de ações pedagógicas ou não, estruturadas e alicerçadas no agir justamente; almejando e realizando o que é justo; ou seja, pessoas capazes de olhar e enxergar o outro em sua totalidade.

Descobrindo novas formas de ser cidadão atuando de forma individual e coletivamente e à medida que caminhamos descobrimos um aprendizado que se forma paralelamente e não convencionalmente; que não proporciona somente troca de informações e de saberes mas algo potente que dignifica, inclui e informa. Fazendo-se presente em todas as vivências do cotidiano.

Compreender simplesmente que o saber acontece pois, fortaleceu-se como um processo e que evolui quando compartilhamos novas formas de aprender e ensinar. Muitos professores questionam a palavra educador, dizem: sou professor e pronto, sendo assim à partir deste ponto quero deixar aqui uma reflexão pessoal: professor ou educador é aquele que ensina para quem não tem disponibilidade de aprender, pois ensinar para aqueles que tem "sede" é fácil, o que nos mobiliza é ensinar para aqueles que advém de uma situação menos favorecida por questões sociais, familiares e humanitárias que os transformam em pessoas sem perspectivas e cabe a nós reacendermos a chama do direito à liberdade de aprender para tornarse pessoa.

Professor versus aluno esta é uma via de mão dupla, pois estamos alunos e somos professores e sendo professor aprendemos a ser alunos, pois aprendemos a ser sujeito de direitos e a descrever sujeitos, reconstruímos diálogos, reescrevemos pessoas e locais, descrevemos eventos onde somos protagonistas e plateia, modificamos comportamentos , fazemos anotações e rascunhos de nós e de outrem, passamos a limpo e apostamos em metodologias e vivências, lidamos com dilemas éticos, estéticos, conflitos e doenças; mudamos nossas perspectivas no caminho de observados e observadores. Portanto é de suma importância que sejam adotadas as expectativas, opiniões e excluídos preconceitos para futuros e necessários esclarecimentos; para o real compromisso de ser um ser humano liberto para ser professor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem: O Desejo de ensinar e a arte de aprender. Campinas: Fundação Educar Dpaschoal, 2004.

CANHOTO, Américo Marques: Educar para um mundo novo. São José do Rio Preto: Ed.Ativa – 2003.

CURY, Augusto: Ansiedade- Como Enfrentar o Mal Do Século. São Paulo: Ed.Saraiva - 2014.

CURY, Augusto: Tese Programa Freemind. Orlando/Flórida – USA - 2013

DISKEN, LIA: Fórum Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência- Ação e Políticas Públicas – Auditório do Masp. São Paulo – 2008.

FREIRE, Paulo: Professora Sim, Tia Não. São Paulo. Ed.Cortez-1996.

MARCHAND, Max: A Afetividade do Educador.(Tradução de Maria Lúcia Spedo Hildorf Barbanti e Antonieta Barini; direção da coleção Fanny Abramovich). – São Paulo: Ed. Summus – 1985.

Revista Viver, Mente e Cérebro – ed. 161 –www.mentecerebro.com.br.

ROSA, João Guimarães: Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira - 2001

ROGERS, Ransom Carl – Tornar-se Pessoa – título original, On becoming. Tradução: Manuel José do Carmo Ferreira. São Paulo: Martins Fontes – 1985 – Conforme acordo c/ Moraes editoras – Lisboa/ Portugal.

VYGOTSKY, L.S: A Formação Social da Mente. São Paulo: Ed. Martins Fontes 1994.

IMIGRANTES NA ESCOLA: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E ENSINO DE PORTUGUÊS

ROSANA DA SILVA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as implicações do processo de ensino da Língua Portuguesa aos imigrantes no Brasil e entender quais são as medidas tomadas na escola para auxiliar a criança imigrante a aprender. Considerando os movimentos migratórios recentes, foi feito um resgate histórico das grandes imigrações europeias durante os últimos séculos, a falta de políticas brasileiras de acolhimento e integração desses povos, em alguns casos, a exemplo de alemães e italianos, agregadas a colônias, as quais funcionavam com o objetivo de fornecer ajuda mútua, assim como objetivavam a manutenção da cultura e da língua materna e a passagem desses valores para as gera-

ções futuras. O fator causador do choque de cultura e de gerações dentro das famílias de imigrantes e a inclusão deste aluno imigrante na sala de aula. O estudo possibilitou perceber que a aprendizagem e choque de cultura x socialização da criança imigrante é conturbada, mas sua adaptação e aprendizagem são rápidas. Para fortalecer esse processo é necessária uma adaptação dos currículos e de estratégias de aprendizagem significativas que valorizem a cultura dos alunos. Existe uma necessidade de compreender que o processo de inclusão da criança imigrante perpassa a significação do currículo em vistas a favorecer processos pedagógicos que a insira ao ensino.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Choque de Cultura, Imigrante.

INTRODUÇÃO

Desde que conta sua história, o homem vive em movimento. O faz em busca de abrigo, de alimento, isto é, em busca de uma melhor condição de vida, na luta pela sua sobrevivência, seja em pequenos grupos ou até grandes populações. Nos dias de hoje caracterizamos este movimento como migração, que se distingue em dois tipos: o movimento de saída, emigração; e o de entrada, imigração. É de vital importância que se estabeleçam possibilidades de comunicação entre todos os membros da comunidade escolar para que a adaptação do estudante imigrante seja tranquila. As línguas de uma mesma família (como as latinas: português, francês, espanhol, italiano, catalão...) guardam entre elas uma série de semelhanças que podem servir de chave para a entrada no estudo das demais línguas de mesma raiz. Favorecer o reconhecimento destas semelhanças do ponto de vista didático e pedagógico para facilitar a aprendizagem simultânea de línguas é o objetivo da intercompreensão (IC), cujos princípios são indicados para um trabalho em sala de aula que possa aproximar e acolher os estudantes falantes de outras línguas, tanto no que concerne à aprendizagem da língua portuguesa, quanto à sua integração com os colegas No contexto de sala de aula com estudantes imigrantes, a principal vantagem da intercompreensão é possibilitar a entrada no português como língua de acolhimento a partir de suas próprias línguas maternas – notadamente, os casos de falantes de espanhol e francês. Isso se faz por meio de uma sensibilização, ou seja, estimulando a percepção das semelhanças e fazendo da língua uma ponte e não mais uma barreira. Na mesma medida, o estudante brasileiro usará seus conhecimentos em português para descobrir as línguas dos colegas, em uma troca mútua e enriquecedora. A intercompreensão privilegia as competências de compreensão (escuta e leitura – que podem ser trabalhadas de forma dissociada) e opera pelo despertar da consciência linguística e estratégica, por meio de procedimentos de desenvolvimento metalinguístico e metacognitivo, em direção do desenvolvimento da confiança e da autonomia. Na perspectiva Inter compreensiva, o estudante está no centro do processo: as atividades partem, sempre, da observação de seus interesses, objetivos, sendo adaptadas aos diferentes contextos de aplicação. O objetivo é fazer com que os estudantes reconheçam o que já sabem para construir os novos saberes. Não se trata apenas de traduzir em uma ou mais línguas os conteúdos, mas levar os estudantes a conhecerem essas línguas e culturas por meio do que é semelhante – o que se torna possível com a descoberta e aplicação de estratégias (percepção das transparências entre as línguas, inferência de significado de palavras, exploração do contexto para resolução de dificuldades.

Língua Portuguesa como Língua Materna

A língua materna constitui a língua nativa ou primeira língua. Trata-se do primeiro idioma que a criança aprende a falar. Por isso é, sem dúvida, a língua que a criança domina melhor, no sentido de uma valorização subjetiva e natural, visto que é adquirida de forma natural, na interação com o meio em que convive, sem influência pedagógica e sem uma reflexão linguística consciente. O ensino de Língua Portuguesa para falantes nativos, enfrentou sérios problemas durante muito tempo, devido ao pensamento de que o ensino da língua materna deveria corresponder ao estudo da norma culta da língua. Porém, com os avanços de pesquisas na própria área e na linguística, percebeu-se que a língua não poderia se limitar a esse aspecto. Segundo Travaglia (2002), o ensino de Língua Materna, primeiramente deveria contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, tornando-o apto a se comunicar e a entender aquilo que os outros comunicam nas mais diversas situações de uso da língua.

Com o avanço das pesquisas, percebeu-se que a gramática e os métodos utilizados eram falhos porque não levavam em consideração o processo de variação ocorrido em todos os níveis da língua, decorrentes de fatores geográficos, status socioeconômicos, grau de escolarização, idade, por exemplo. O ensino de cunho tradicionalista, regido pela norma padrão retirava da língua a sua realidade social, complexa e dinâmica, tornando-a um objeto externo a essa própria realidade, instituindo o estereótipo que a Língua Portuguesa é de difícil aprendizado. Embora as pesquisas tenham avançadas, o quadro atual em sala de aula não mudou muito: há professores que enfrentam sérios problemas porque não conseguem trabalhar com as variedades de fala dos alunos – a questão da variação linguística, a qual ocorre porque os grupos sociais se subdividem e formam outros grupos menores. Para Alkmim (2005, p.41) "toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e

simbólico em que vive." O professor, na educação básica, precisa ter consciência da língua que o aluno fala e traz consigo e, a partir dela, ensinar a Língua Portuguesa, utilizando leituras, interpretações, construções e reescritas de textos e não um ensino de regras da gramática em sentenças. É importante esclarecer que a gramática deve ser ensinada aos poucos à medida que o aluno aprende a escrever e o professor percebe a necessidade de introduzir as regras básicas para escrita, as quais constituem-se como um instrumento auxiliar da língua.

De acordo com Cagliari (1989), os indivíduos aprendem a variação linguística simbólica das comunidades que convivem, porém, a sociedade se utiliza desses modos peculiares de se expressar para marcar indivíduos e classes sociais pelo modo de falar. Esta atitude social revela os preconceitos, pois marca diferenças linguísticas como índices de estigma ou prestígio por meio da língua. Por isso, é preciso que o professor de Língua Portuguesa comunique e ensine aos seus alunos o processo de variação linguística para que eles valorizem a sua própria língua e tornem-se pessoas críticas, mais participativas e atuantes socialmente.

Nesta perspectiva, a escola deve incluir no currículo o ensino da língua falada, tratar esta modalidade como um conteúdo em si. Além disso, o professor de Língua Portuguesa necessita colaborar significativamente para que o aluno amplie sua competência no uso oral e escrito através da leitura e produção de textos diversos. Para isso, ele não deve ignorar a língua falada, a construção e o conhecimento que o aluno já possui, mas ajudá-lo a progredir e a conhecer a norma culta, as regras gramáticais paulatinamente.

Antunes (2004, p.89) ressalta que "a gramática existe não em função de si mesma, mas em função do que as pessoas falam, ouvem, leem e escrevem nas práticas sociais de uso da língua". Desta forma, a atividade da leitura completa a atividade da produção escrita, consentindo a interação e isso é mais que a simples decodificação de sinais gráficos.

De acordo com Castilho (2001), a escola deve valorizar os hábitos culturais do aluno, levando-o a adquirir novas habilidades na sua própria língua. E considerar o modo de falar do aluno para a aceitação da variedade linguística, sensibilizando-o para saber escolher a variedade adequada a cada situação.

Gnerre (1998) analisa a gramática normativa como um código incompleto, que abre espaço para a arbitrariedade de um jogo já marcado: apenas ganham aqueles que de saída dispõem dos instrumentos para ganhar. Esta distribui a ideia da educação como um conhecimento de prestígio social e democrático que restringe a distância entre grupos sociais desfavorecidos, criando oportunidades iguais para todos. Entretanto, contribui para a discriminação linguística, porque parte de conceitos que exclui a classe desprestigiada, ao ver a língua como um objeto de poder. E quem não a domina passa a sofrer severas penalidades. Esquecem de compreender que a língua é um fato social, um saber coletivo, que existe em função da interação do indivíduo com os seus pares. Sendo assim, para que a língua materna seja inserida na escola e utilizada pelo professor de forma adequada é preciso ser compreendido a função da linguagem e da gramática.

Conforme Gnerre (1998); a linguagem não é usada somente para veicular informação, pelo contrário, a principal função da linguagem é comunicar ao ouvinte à posição que o falante ocupa na sociedade em que vive. Os falantes se comunicam para serem "ouvidos", às vezes para serem respeitados e para exercer uma influência no ambiente em que interagem. Ensinar a Língua Portuguesa para o aluno se comunicar e interagir fora da escola, construir textos para sua vida social, que contribuam efetivamente na sua profissão fora dos muros da escola.

Segundo Travaglia (2005), a gramática é um manual com regras de bom uso da língua para aqueles que necessitam utilizar o padrão culto da língua. Para ele, a gramática normativa só trata da variedade de língua que se considerou como norma culta, fazendo uma descrição dessa variedade.

Embora seja papel da escola ensinar a norma culta, porque o aluno precisa dela para sua comunicação, o ensino de Língua Portuguesa só será efetuado com sucesso quando a escola estimular a capacidade cognitiva e linguística do aluno através do desenvolvimento da sua competência oral e escrita e quando entender e transmitir para os discentes que a língua é viva e sua dinamicidade é consequência das sucessivas transformações ocorridas ao longo do tempo.

A Língua Portuguesa como Segunda Língua

A Segunda Língua como cultura é um diálogo entre culturas e por isso, é lidar com o diálogo entre essas culturas. Desse modo, uma língua estrangeira trabalhada numa perspectiva de uso da língua-alvo se aproxima da natureza de uma Segunda Língua e, assim, deve também trabalhar com o intercultural, levando gradualmente a uma desestrangeirização da língua que se iniciou estrangeira (ALMEIDA FILHO, 1993 p. 11-12).

Nessa direção, Silva (2004) propõe uma abordagem comunicativa mais interativa e contextualizada para que o professor possa se aproximar do aluno e auxiliá-lo, com propostas de atividades que lhes possibilitem serem sujeitos de sua própria comunicação. A linguagem traz significados para uma integração que irá além da sala de aula, procurando favorecer um espaço interativo proveitoso para a integração funcional e so-

cial em todas as culturas.

Para Andrade (2011) hoje nas escolas a presença de alunos estrangeiros é marcante, o que constitui uma diversidade cultural e linguística. São falantes de outras línguas, pertencentes às mais variadas origens culturais. Diante disto, o acolhimento desses alunos na escola coloca um desafio: "o de integrá-los à escola, inserindo-os no processo de escolarização, para que lhes seja garantida as mesmas oportunidades de progresso escolar que têm a maioria dos alunos nativos". (ANDRADE, 2011, p. 3). Se a escola reconhece a riqueza da diversidade cultural, enfrenta positivamente como uma grande oportunidade de capitalizar novas aprendizagens, consolida o princípio da escola inclusiva, defendendo a diversidade e o respeito pela cultura e língua do outro. Por outro lado, quando a escola não reconhece, há o grande "descompasso entre as matrículas do aluno estrangeiros em uma determinada turma e referente ao nível de proficiência linguística em português desse aluno para acompanhar o desenvolvimento do conteúdo curricular da mesma". (ANDRADE, 2011, p.3).

Também para Leffa (1988) a Segunda Língua é constituída por uma nova língua, que é utiliza quando inserida em uma comunidade de fala.

Diante dessas considerações sobre Segunda Língua, ressalta-se que o Brasil tem recebido grande demanda de imigrantes de diversos países, em resposta aos desafios e novos paradigmas impostos pela globalização e à crise financeira mundial iniciada em 2008, perpassando pela situação pandêmica iniciada em 2019 e que perdura até os dias atuais.

Devido ao lugar de liderança que o Brasil ocupa no cenário sociopolítico econômico dos países da América Latina e do Cone Sul, percebe-se essa maior entrada no Brasil de imigrantes de países principalmente da América Latina, em busca de trabalho, ocasionando um grande fluxo migratório.

As consequências deste fato têm afetado o ensino básico, fundamental e médio, porque essa demanda de imigrantes vem dos países vizinhos com suas famílias para o Brasil. Os filhos passam a ser chamados de alunos estrangeiros uma vez que, apesar de matriculados nas escolas públicas, não tem domínio da Língua Portuguesa e enfrentam dificuldades de aprendizagem em todas as disciplinas da grade curricular. Dessa forma, o aprendizado da Língua Portuguesa se torna imprescindível para esses imigrantes que dela necessitam para sua adaptação intercultural e integração social. Porém, a entrada desses alunos no ensino regular das escolas públicas no Brasil causa sérios problemas, uma vez que os alunos estão em processo de aquisição da língua majoritária com pouca ou baixíssima proficiência em Língua Portuguesa e são matriculados, sem alternativa, em turmas regulares voltadas para a formação acadêmica de falantes nativos, cursando as mesmas disciplinas dos alunos brasileiros. Observa-se, assim, o pouco aproveitamento e o baixo desempenho do aluno estrangeiro nas disciplinas, principalmente, em Língua Portuguesa. De acordo com Moita Lopes (2006) é uma tarefa difícil esperar que os alunos estrangeiros,

"...sem o domínio da língua de escolarização e que trazem para a sala de aula uma percepção do mundo e história distintos, bagagem linguístico-cultural e interesses diferenciados respondam aos estímulos de forma homogênea pressupondo que todos devam chegar ao mesmo resultado seguindo procedimentos iguais?". (LOPES, 2006, p.23).

A escola tem um grande desafio de atender as necessidades educacionais com a chegada dos alunos estrangeiros sem o conhecimento da Língua Portuguesa. Caldeira et al (2004) atesta que há grandes dificuldades iniciais para a comunicação em aula quando os alunos estrangeiros chegam tímidos por não entenderem o que se fala e sentem-se inseguros em se expressar na nova língua - o Português. Em consequência, sentem-se desmotivados, não se adaptam às regras da disciplina escolar e acabam por ser discriminados, em muitos casos são considerados indisciplinados.

Segundo Mendes e Caels (2003, p.2), "recai sobre a escola a imensa responsabilidade de acolher, de maneira inclusiva, a diversidade linguística e preparar os cidadãos e a sociedade para a diversidade linguística". É importante que a escola valorize a diversidade de seus alunos estrangeiros, considerando a diferença "como elemento dinamizador e enriquecedor na interação entre pessoas e os grupos humanos" (BERNARDO, 2006, p.4). Ao contrário disso, a escola constantemente apresenta uma atitude discriminatória e etnocêntrica, assumindo uma posição política de exclusão escolar, ao invés do acolhimento multicultural.

Assim sendo, é papel da escola valorizar a diversidade cultural e linguística dos alunos estrangeiros, respeitando a diferença, a identidade étnica, as crenças e valores ao qual pertencem e, sobretudo, assegurar-lhes o direito à aprendizagem da Língua Portuguesa e a escola deve ter uma visão de integração escolar e social dos alunos estrangeiros e necessita criar uma política interna de idioma mais acolhedora, cujos meios ajudem esses alunos a superar as dificuldades de aprendizagem da Língua Portuguesa.

O imigrante e o choque de culturas

A respeito dos problemas enfrentados pela pessoa que decidiu buscar melhores condições de vida em um novo lugar, alguns pesquisadores como Sayad (2010), se preocuparam com a totalidade do ser que se

locomove, o migrante além do processo de migração, um ser que carrega consigo uma história, uma cultura, uma individualidade. Ademais, o que acontece com este indivíduo depois do processo de mudança espacial (entrando num país como imigrante) em conflito, principalmente, com o que ele abandonou (sua condição de emigrante no país de origem). A migração, ao contrário do que a lógica nos induz pensar, pode trazer mais perdas do que ganhos para o sujeito.

Um grande desafio principalmente para as crianças em idade escolar, quando imigram acompanhando seus pais, no caso de imigração familiar. Esta criança que vai com sua família para um novo país também precisa abrir mão de muitos de seus antecedentes culturais em prol de uma nova socialização no novo país, ou seja, isto implica dizer que, mais que seus pais, ela precisa incorporar os costumes e as regras sociais para que seja integrada rapidamente a um novo e diferente modelo de vida e sistema de ensino e, na maioria das vezes, aprender um novo idioma simultaneamente, se este for diferente de sua língua materna, a qual ainda é falada em casa.

A legislação brasileira que assegura a todas as crianças do país o direito à educação garante esse direito que se estende aos alunos chamados estrangeiros (AE). O impacto dessas matrículas na escola tem demonstrado que o acesso à escolarização não garante o avanço escolar desses alunos. Estudos mostram muitos alunos oriundos das minorias étnicas têm continuamente experimentado o fracasso escolar (SCOPREM, 1998; GILLBORN E MIRZA, 2000). Visto que o Brasil é um país com grande fluxo de imigrantes, de diversas nacionalidades e a questão da inserção educacional de alunos estrangeiros deveria receber destaque por parte da comunidade educadora.

Diante da diversidade cultural e linguística que estão presentes, hoje nas escolas, devido à presença do aluno estrangeiro com seus idiomas e as diversas origens culturais, faz-se necessário um trabalho de acolhimento para esses alunos na escola. Tal fato torna-se um desafio: o de integrá-los à escola, garantindo oportunidades iguais aos alunos nativos no processo escolar.

A Alfabetização em Língua Portuguesa

O letramento indica a ação educativa de ampliar o uso de práticas sociais de leitura e escrita em contextos reais de uso da língua. Consiste num processo que habilita o aluno a ser capaz de utilizar a escrita contextualizada nas diversas situações sociais. Assim, a alfabetização e o letramento para o aluno se apresentam como um processo geral, à medida que o professor alfabetiza o aluno por meio da construção da linguagem escrita na prática de letramento. Assim, o processo de alfabetização se manifesta através de um trabalho contínuo de elaboração cognitiva que leva o aluno a inserção no mundo da escrita pelas interações sociais.

Para Goulart (2002), o aluno tem participação crítica nas práticas sociais que envolvem a escrita, a qual utiliza constantemente através do diálogo, proporcionando conhecimentos na vida cotidiana, que o auxiliará na construção de sua identidade cultural.

Nessa direção, a Língua Portuguesa se realiza no uso e nas práticas sociais pelas quais os alunos adquirem os conhecimentos através das ações vivenciadas pelas práticas linguísticas que os capacitam para uma interação significativa.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, "Todas as disciplinas têm a responsabilidade de ensinar a utilizar os textos de que fazem uso, mas é a de Língua

Portuguesa que deve tomar para si o papel de fazê-lo de modo mais sistemático" (PCN, 2001, p. 31).

Desta forma, o professor precisa voltar sua atenção para um trabalho pedagógico em que se utilize da língua oral e escrita, da análise e reflexão sobre a Língua Portuguesa. Para a construção do trabalho da língua oral como conteúdo escolar, o professor necessita desenvolver atividades de fala e escrita, que proporcionem ao aluno instrumentos para auxiliá-lo a pensar, refletir e se manifestar diante das situações de uso da língua. Neste sentido, os PCN (1997, p. 65) esclarecem que:

A expressão oral do aluno depende consideravelmente de a escola se constitua num ambiente que respeite e acolha a vez e a voz, a diferença e a diversidade. Mas, sobretudo, depende de a escola ensinar-lhes os usos da língua adequados a diferentes situações comunicativas.

Para Geraldi (1997) a análise e reflexão sobre a língua, de acordo com os parâmetros, organizam-se, a partir de uma exploração intensiva e da observação do funcionamento da linguagem, com a verificação de hipóteses sobre o funcionamento da língua.

O autor confirma a ideia de conduzir o ensino de Língua Portuguesa intermediando a análise e reflexão da língua. "[...] não se trata evidentemente de confinar a questão do ensino de língua portuguesa à linguagem, mas trata-se da necessidade de pensálo à luz da linguagem" (GERALDI, 1997, p.5).

Para Geraldi (1997) a consciência dos indivíduos é formada nessas interações, da qual se extrai a reflexão sobre o fenômeno linguístico quando o falante utiliza concretamente a língua. Assim, a Língua Portuguesa deve ser ensinada a partir de textos(não e somente com), ultrapassando a artificialidade instituída na sala de aula, pois o uso da linguagem oral e escrita em situações sociais

possibilita o domínio efetivo da língua, em suas modalidades.

Deste modo, o trabalho em sala de aula deve se pautar em leitura, produção de textos, da análise linguística e não na análise gramatical. Geraldi (1997) institui o texto como o elemento central das aulas de Língua Portuguesa, tomando-o não como dotado de um sentido estabilizado, mas refletida sobra as condições necessárias e fundamentais à construção de sentido.

Disto decorre, segundo Geraldi (1997), que na mediação pedagógica, o texto não deve ser visto apenas como uma possibilidade ou visão de leitura e interpretação. Por isso, o professor precisa fornecer novos caminhos para que o aluno posso refletir sobre o que lê e descobrir novas maneiras de leituras para o seu texto.

Diante disso, importa pensar em "[...] um ensino que não seja de reconhecimento, mas de conhecimento; que não seja de reprodução, mas de produção..." (GERALDI, 1997, p.183)

As capacidades de ler, produzir textos e ter a oralidade desenvolvida são imprescindíveis para que o trabalho com a Língua Portuguesa em todas as etapas do ensino oportunize práticas reflexivas, dinâmicas, interativas e motivadoras. Nesse contexto, deve-se pensar sobre o trabalho com os gêneros textuais e com os textos produzidos em situações comunicativas cíclicas - situações cotidianas dos alunos: telefonema, carta, bilhete, reportagem, bula de remédio, receita culinária, lista de compras, rótulos, embalagens, horóscopo, piada, dentre outros devem ser inseridos nas práticas pedagógicas de leitura, produção, interpretação, compreensão de textos em sala de aula.

Nesse sentido, necessita-se compreender os gêneros textuais na concepção de Marcuschi (2005):

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos concretizados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas constituindo em princípio listagens abertas. Marcuschi (2005 - p.22).

Tendo em vista o desafio de minimizar as dificuldades de alfabetização encontradas em relação a leitura, a produção de textos e o trabalho com a oralidade dos alunos, é preciso que os professores dos anos iniciais voltem suas práticas pedagógicas para um ensino, a partir dos gêneros textuais, considerando a realidade sociocomunicativa dos alunos e trabalhando com textos orais. Partindo desta reflexão e pensando que as atividades humanas realizam-se nas práticas sociais e que são mediadas por diferentes linguagens e que estas práticas é que consolidam e promovem a interação das pessoas quando interagem entre si e com os outros e que somente assim se constituem como sujeitos sociais. Segundo a BNCC(4.1- área de linguagens) As linguagens, antes articuladas, passam a ter status próprios de objetos de conhecimento escolar. O importante, assim, é que os estudantes se apropriem das especificidades de cada linguagem, sem perder a visão do todo no qual elas estão inseridas. Mais do que isso, é relevante que compreendam que as linguagens são dinâmicas, e que todos participam desse processo de constante transformação.

Políticas linguísticas educacionais

A diversidade cultural e linguística nas instituições de ensino se consolida pela presença de alunos estrangeiros que falam outro idioma e vêm das mais variadas origens culturais. Em face disso, o acolhimento desses alunos é um desafio, principalmente, no que tange ao processo de alfabetização, para que tenham asseguradas as oportunidades de sucesso escolar dos mesmos alunos brasileiros. Amado (2013) postula que o acolhimento é fundamental para promover o ensino de Português para esse grupo de alunos "arrancado de sua terra natal, de sua família, de sua língua" que adentrou neste país em busca de uma "nova oportunidade de refazimento, de integração, de paz". Torna-se importante ponderar acerca de uma nova modalidade de ensino de Língua Portuguesa capaz de possibilitar acolhimento e amenizar as diferenças sociais e interculturais vivenciadas pelos alunos estrangeiros.

Nesta perspectiva, constata-se que a barreira linguística consiste em um desafio a ser enfrentado pelas instituições que os acolhem. Para tanto, o desenvolvimento da competência comunicativa desses alunos é de extrema importância, pois não basta somente desenvolver a habilidade linguística, é necessário incluir e expandir o conhecimento cultural e a capacidade de interação intercultural deles, propiciandolhes sensibilização para uma consciência cultural e crítica.

Bryam (1997, p. 53) enfatiza que a competência intercultural consiste numa "capacidade de avaliar criticamente e com base em critérios explícitos, perspectivas, práticas e produtos no próprio país e cultura e no país e cultura do outro", o que permite que o AE tenha consciência das diferenças culturais com as quais consegue intervir na interação durante a comunicação com as pessoas, compartilhando socialmente a língua. Para o aluno estrangeiro, a apropriação da Língua Portuguesa ou do país de acolhimento não é meramente um fim, mas um meio de integra-

ção, pois a "aprendizagem é uma necessidade ditada pelos imperativos da vida em meio exolingual" (ADAMI, 2009, p. 38).

Tal integração tem como referência as práticas sociais da vida cotidiana, Assim, o aluno estrangeiro deve também ter acolhimento em relação à saúde, trabalho, transporte, consumo. São, na verdade, relações interpessoais que trazem uma orientação pragmática ao processo de aprendizagem da língua de acolhimento. Assim, Barbosa e Bernardo (2014) postulam que a língua alvo do país de acolhimento deve ser ensinada de modo a favorecer a inclusão social e profissional dos imigrantes. Tal fato suscita maior igualdade de oportunidades para todos, facilita o exercício da cidadania e potencializa qualificações enriquecedoras para os migrantes e o país acolhedor.

Ao fazer referência a Língua Portuguesa como língua de acolhimento, ultrapassamos a noção de língua estrangeira e Segunda Língua, porque tanto para público adulto, recém-imerso numa realidade linguístico – cultural, como para o aluno estrangeiro, o uso da Língua Portuguesa está ligado a um conjunto de saberes: saber agir, saber fazer e também às novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas nessa língua, bem como a possibilidade de fazer-se habitante desse lugar como participante cultural e politicamente consciente dos seus direitos na sociedade. Grosso (2010) esclarece a escolha pelo conceito língua de acolhimento, definindo a relação entre língua e o contexto a que ela faz referência:

Orientada para a ação, a língua de acolhimento tem um saber fazer que contribui para uma interação real, a vida cotidiana, as condições de vida, as convenções sociais e outras que só podem ser compreendidas numa relação bidirecional (Grosso, 2010, p.71).

Com isso o acolhimento na perspectiva linguística e cultural traz referências também ao prisma emocional e subjetivo do aluno estrangeiro e do adulto porque eles se encontram numa situação de vulnerabilidade, principalmente ao chegarem ao Brasil, um país estrangeiro, desconhecido e com a intenção de permanecer nesse lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Língua Portuguesa para estrangeiros tem oferecido muitos desafios aos professores alfabetizadores e às escolas brasileiras como um todo, pois a diversidade cultural e linguística, é vista pela presença crescente de alunos oriundos de estabelecimentos escolares estrangeiros que falam outras línguas, que não o português, e pertencem a culturas e origens diferentes.

Diante desta realidade, o acolhimento desses alunos na escola coloca um desafio: o de integrá-los à escola, inserindo-os no processo de escolarização para que lhes seja garantida as mesmas oportunidades de aprendizagem. Reconhecemos, portanto que compete à escola valorizar a diversidade cultural e linguística dos alunos estrangeiro, respeitando a diferença, a identidade ética, o sistema de crenças e valores ao qual pertencem os alunos estrangeiros e, principalmente, assegurando o direito ao ensino da Língua Portuguesa a estes aluno, que lhes proporcionará, conforme enfatiza Barbulescu (2005, p.4), " [...] a capacidade de expressão e compreensão da Língua Portuguesa, como instrumento de plena integração [...]". Nesse contexto, o aluno estrangeiro que chega como imigrante, considerado - minoria linguística, deve ter acesso à escola, visto que precisa estar inserido no sistema escolar porque a lei brasileira garante seu ingresso na escola. Passam a ter o Brasil como país de adoção pois suas famílias escolheram este país.

Assim, o aprendizado da Língua Portuguesa assume importância crucial, que se torna uma ferramenta que esse aluno terá disponível para sua integração na sociedade. O acolhimento necessário para minimizar os problemas dos alunos estrangeiros com dificuldades no aprendizado de Língua Portuguesa está além da esfera escolar.

É preciso ter em mente não o ensino da língua pela língua, mas que sejam levados em conta aspectos culturais relacionados a essa língua. Se pensarmos que ainda há muito que se compreender acerca dos processos desenvolvidos nessa área de atuação e se levarmos em conta que não só a busca por entendimento, mas também a conquista de novos espaços e/ou reconhecimento(s) muitas vezes se dão justamente pelo número e/ou qualidade de pesquisas que chegam a ser desenvolvidas sobre determinado assunto, tanto professores pesquisadores quanto estudantes, coparticipantes, podem fazer de seus processos de interação um meio para a assunção de direitos e/ou ideais coletivamente partilhados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J.C.P.(Org.) Parâmetros atuais para o ensino de Português como língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1997.

BARBULESCU, G. O ensino do português como Língua Estrangeira para Alunos de Língua Romena. Universidade Internacional de Lisboa _ disponível em:www.multiculturas.com/textos/PLNM_romenofonos_Geogiana_Barbulescu.pdf. acesso em 27/07/2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira/ secretaria de educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.